

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2023



ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



CARGO: ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA****A compensação**

Não faz muito, li um artigo sobre as pretensões literárias de Napoleão Bonaparte. Aparentemente, Napoleão era um escritor frustrado. Tinha escrito contos e poemas na juventude, escreveu muito sobre política e estratégia militar e sonhava em escrever um grande romance. Acreditava-se, mesmo, que Napoleão considerava a literatura sua verdadeira vocação, e que foi sua incapacidade de escrever um grande romance e conquistar uma reputação literária que o levou a escolher uma alternativa menor, conquistar o mundo.

Não sei se é verdade, mas fiquei pensando no que isto significa para os escritores de hoje e daqui. Em primeiro lugar, claro, leva a pensar na enorme importância que tinha a literatura nos séculos 18 e 19, e não apenas na França, onde, anos depois de Napoleão Bonaparte, um Vitor Hugo empolgaria multidões e faria História não com batalhões e canhões mas com a força da palavra escrita, e não só em conclamações e panfletos mas, muitas vezes, na forma de ficção. Não sei se devemos invejar uma época em que reputações literárias e reputações guerreiras se equivaliam desta maneira, e em que até a imaginação tinha tanto poder. Mas acho que podemos invejar, pelo menos um pouco, o que a literatura tinha então e parece ter perdido: relevância. Se Napoleão pensava que podia ser tão relevante escrevendo romances quanto comandando exércitos, e se um Vitor Hugo podia morrer como um dos homens mais relevantes do seu tempo sem nunca ter trocado a palavra e a imaginação por armas, então uma pergunta que nenhum escritor daquele tempo se fazia é essa que nos fazemos o tempo todo: para o que serve a literatura, de que adianta a palavra impressa, onde está a nossa relevância? Gostávamos de pensar que era através dos seus escritores e intelectuais que o mundo se pensava e se entendia, e a experiência humana era racionalizada. O estado irracional do mundo neste começo de século é a medida do fracasso desta missão, ou desta ilusão.

Depois que a literatura deixou de ser uma opção tão vigorosa e vital para um homem de ação quanto a conquista militar ou política – ou seja, depois que virou uma opção para generais e políticos aposentados, mais compensação pela perda de poder do que poder, e uma ocupação para, enfim, meros escritores –, ela nunca mais recuperou a sua respeitabilidade, na medida em que qualquer poder, por armas ou por palavras, é respeitável. Hoje a literatura só participa da política, do poder e da História como instrumento ou cúmplice.

E não pode nem escolher que tipo de cúmplice quer ser. Todos os que escrevem no Brasil, principalmente os que têm um espaço na imprensa para fazer sua pequena literatura ou simplesmente dar seus palpites, têm esta preocupação.

Ou deveriam ter. Nunca sabemos exatamente do que estamos sendo cúmplices.

Podemos estar servindo de instrumentos de alguma agenda de poder sem querer, podemos estar contribuindo, com nossa indignação ou nossa denúncia, ou apenas nossas opiniões, para legitimar alguma estratégia que desconhecemos.

Ou podemos simplesmente estar colaborando com a grande desconversa nacional, a que distrai a atenção enquanto a verdadeira história do país acontece em outra parte, longe dos nossos olhos e indiferente à nossa crítica. Não somos relevantes, ou só somos relevantes quando somos cúmplices, conscientes ou inconscientes.

Mas comecei falando da frustração literária de Napoleão Bonaparte e não toquei nas implicações mais importantes do fato, pelo menos para o nosso amor próprio. Se Napoleão só foi Napoleão porque não conseguiu ser escritor, então temos esta justificativa pronta para o nosso estranho ofício: cada escritor a mais no mundo corresponde a um Napoleão a menos. A literatura serve, ao menos, para isso: poupar o mundo de mais Napoleões. Mas existe a contrapartida: muitos Napoleões soltos pelo mundo, hoje, fariam melhor se tivessem escrito os romances que queriam. O mundo, e certamente o Brasil, seriam outros se alguns Napoleões tivessem ficado com a literatura e esquecido o poder.

E sempre teremos a oportunidade de, ao acompanhar a carreira de Napoleões, subNapoleões, pseudo-Napoleões ou outras variedades com poder sobre a nossa vida e o nosso bolso, nos consolarmos com o seguinte pensamento: eles são lamentáveis, certo, mas imagine o que seria a sua literatura.

Da série Poesia numa Hora Destas?!

Deus não fez o homem, assim, de improviso em cima da divina coxa numa hora vaga.

Planejou o que faria com esmero e juízo (e isso sem contar com assessoria paga).

Tudo foi pensado com exatidão antes mesmo do primeiro esboço, e foram anos de experimentação até Deus dizer que estava pronto o moço.

Mas acontece sempre, é sempre assim não seria diferente do que é agora.

A melhor ideia apareceu no fim e dizem que o polegar Ele bolou na hora.

(VERÍSSIMO, Luís Fernando. A Compensação. Em: 18/09/2023.)

Questão 01

O texto aborda o interesse literário de Napoleão Bonaparte e reflete sobre o papel e a relevância da literatura em comparação com outras formas de poder e ação, como as militares e políticas. A referência a Napoleão e a outras figuras, como Victor Hugo, são usadas para explorar questões de relevância e respeitabilidade na literatura. Além disso, o texto coloca questões sobre a responsabilidade e o impacto dos escritores contemporâneos na sociedade e na política. Com base nessa temática, assinale a afirmação que melhor representa o contraste entre a literatura e outras formas de poder e ação na época de Napoleão e nos dias atuais.

- A) A literatura nunca teve uma respeitabilidade ou relevância própria, sendo sempre vista apenas como um *hobby* para generais e políticos aposentados.
- B) Tanto na época de Napoleão quanto nos dias atuais, a literatura tem sido vista como uma compensação pela perda de poder, sem relevância ou respeitabilidade própria.
- C) Na época de Napoleão, a literatura era considerada uma forma de poder tão respeitável quanto a conquista militar ou política; atualmente, ela se tornou um instrumento da política.
- D) Nos dias atuais, a literatura manteve sua relevância e respeitabilidade na mesma medida em que na época de Napoleão, em que a escrita e a ação militar eram vistas como equivalentes.

Questão 02

O texto faz uma profunda reflexão sobre a relevância da literatura ao longo do tempo, comparando as eras de Napoleão e Victor Hugo com o período atual. Ele explora como Napoleão possuía aspirações literárias e como a literatura já foi uma forma significativa de poder e relevância, equivalente à política e à ação militar, mas, ao que parece, perdeu essa posição. Baseando-se na leitura do texto, assinale a afirmativa que melhor representa a reflexão do autor sobre o papel e a responsabilidade dos escritores na sociedade contemporânea.

- A) Escritores contemporâneos são constantemente cúmplices conscientes de agendas de poder, utilizando sua literatura para legitimar estratégias políticas e militares.
- B) Os escritores de hoje, diferentemente do passado, não se preocupam com o impacto de suas palavras na política, poder e História, focando apenas em suas próprias opiniões e indignações.
- C) O autor sugere que, na sociedade contemporânea, escritores e intelectuais são completamente irrelevantes e não possuem responsabilidade, pois não têm impacto na racionalização da experiência humana.
- D) Escritores contemporâneos, embora possam ter perdido a relevância, têm uma responsabilidade, pois podem, inconscientemente, ser cúmplices de agendas de poder ou contribuir para a distração da sociedade em relação às verdadeiras questões.

Questão 03

Com base no texto, analise as afirmativas correlatas e a relação proposta entre elas.

- I. “O texto utiliza o termo ‘meros escritores’ para se referir aos autores da atualidade.”

PORQUE

- II. “O autor emprega conotação para transmitir uma noção de diminuição de *status* e relevância dos escritores contemporâneos em comparação com figuras como Napoleão e Victor Hugo.”

Assinale a alternativa correta.

- A) A afirmativa I é verdadeira, mas a II é falsa.
- B) As afirmativas I e II são falsas; a afirmativa II justifica a I.
- C) As afirmativas I e II são verdadeiras; a afirmativa II justifica a I.
- D) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a afirmativa II não justifica a I.

Questão 04

Considerando o texto apresentado, bem como sua estrutura, linguagem e propósito, o gênero textual mais apropriado para classificá-lo é:

- A) Conto.
- B) Reportagem.
- C) Relato pessoal.
- D) Crônica argumentativa.

Questão 05

Analise as afirmativas a seguir, considerando os tipos de sujeito e os tipos de predicado e assinale a correta.

- A) Em [...] “Napoleão era um escritor frustrado.” (1º§), o sujeito é simples e o predicado é nominal.
- B) Em “Tudo foi pensado com exatidão antes mesmo do primeiro esboço, [...]” (13º§), o sujeito é indeterminado e o predicado é nominal.
- C) Em “Não faz muito, li um artigo sobre as pretensões literárias de Napoleão Bonaparte.” (1º§) temos um sujeito oculto e o predicado é verbal.
- D) Em “E sempre teremos a oportunidade de, ao acompanhar a carreira de Napoleões, sub-Napoleões, pseudo-Napoleões ou outras variedades com poder sobre a nossa vida e o nosso bolso, [...]” (9º§), o sujeito é composto e o predicado é verbal.

Questão 06

Em relação às figuras de linguagem e de acordo com o contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na expressão “[...] *cada escritor a mais no mundo corresponde a um Napoleão a menos*” (8º§), há uma metáfora.
- II. Em “[...] *literatura só participa da política, do poder e da História como instrumento ou cúmplice*” (3º§), há uma antítese.
- III. Na expressão “[...] *meros escritores [...]*” (3º§), há uma ironia.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 07

Analise as afirmativas a seguir, considerando a função do “que” destacado em cada uma delas.

- I. Em “*Gostávamos de pensar que era através dos seus escritores e intelectuais que o mundo se pensava e se entendia, [...]*”, (2º§), o “que” funciona como pronome relativo.
- II. Em “*Acreditava-se, mesmo, que Napoleão considerava a literatura sua verdadeira vocação, [...]*” (1º§), o “que” funciona como conjunção integrante.
- III. Em “*Não sei se devemos invejar uma época em que reputações literárias e reputações guerreiras se equivaliam desta maneira, [...]*” (2º§), o “que” funciona como pronome relativo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 08

Com base no texto, analise a relação entre os elementos textuais, a coesão e a coerência apresentadas e assinale a afirmativa correta:

- A) O texto não apresenta coerência, pois aborda temas diversos como literatura, política e história sem estabelecer uma conexão lógica entre eles.
- B) A repetição da palavra “Napoleão” contribui para a coerência textual, mas sua excessiva repetição prejudica a coesão, tornando o texto monótono e repetitivo.
- C) A utilização de pronomes, como em “[...] *ela nunca mais recuperou a sua respeitabilidade, [...]*” (3º§), prejudica a coesão textual, pois deixa ambiguidade quanto ao referente.
- D) A frase “*A literatura serve, ao menos, para isso: poupar o mundo de mais Napoleões.*” (8º§) expressa a ideia de que a literatura tem o poder de prevenir o surgimento de líderes autoritários, proporcionando, assim, uma ligação lógica entre as ideias apresentadas no texto.

Questão 09

Com base no texto, analise as afirmativas correlatas e a relação proposta entre elas.

- I. “O termo ‘cúmplices’ no texto remete a uma conotação negativa, sugerindo participação em atos ilícitos ou prejudiciais.”

PORQUE

- II. “Isso se dá pelo contexto em que a palavra está inserida, associando a ideia de escritores e intelectuais a instrumentos ou facilitadores de estratégias de poder desconhecidas ou nocivas.”

Assinale a alternativa correta.

- A) A afirmativas I é verdadeira, mas a II é falsa.
- B) As afirmativas I e II são falsas; a afirmativa II justifica a I.
- C) As afirmativas I e II são verdadeiras; a afirmativa II justifica a I.
- D) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a afirmativa II não justifica a I.

Questão 10

Observe os trechos a seguir e assinale a afirmativa em que a análise sintática do período composto está correta.

- A) “[...] *mas imagine o que seria a sua literatura.*” (9º§) – a conjunção “mas” introduz uma oração subordinada adverbial concessiva.
- B) “*Se Napoleão só foi Napoleão porque não conseguiu ser escritor, [...]*” (8º§) – a conjunção “porque” introduz uma oração subordinada adverbial causal.
- C) “*A literatura serve, ao menos, para isso: poupar o mundo de mais Napoleões.*” (8º§) – os dois-pontos introduzem uma oração subordinada substantiva explicativa.
- D) “[...] *e foram anos de experimentação até Deus dizer que estava pronto o moço.*” (13º§) – a conjunção “e” introduz uma oração subordinada adverbial proporcional.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Os amigos Ademar, Bernardo e Cristiano são fanáticos por filmes de terror e combinaram de assistir à grande estreia do gênero no cinema na última quinta-feira. Considere a ordem de chegada dos três amigos – Ademar chegou no cinema depois de Bernardo, e Cristiano chegou no cinema antes de Ademar e, ainda, que Cristiano não foi o primeiro amigo a chegar no cinema. Com base nessas informações, o primeiro, o segundo e o terceiro amigo a chegar no cinema foram, nesta ordem:

- A) Ademar; Bernardo; e, Cristiano.
- B) Cristiano; Bernardo; e, Ademar.
- C) Bernardo; Cristiano; e, Ademar.
- D) Ademar; Cristiano; e, Bernardo.

Questão 12

Determinado atleta criou um plano de treinamento diário visando um bom preparo para sua participação em uma maratona aquática. Em seu primeiro dia de treino, ele nadou 200 metros. A cada dia seguinte de treinamento, foram adicionados 50 metros com respeito ao treino do dia anterior. Desse modo, em qual dia de treinamento o atleta atingiu a marca de 2 quilômetros nadados?

- A) 36º dia.
- B) 37º dia.
- C) 38º dia.
- D) 39º dia.

Questão 13

Cláudia pretende organizar uma festa para comemorar os 50 anos de sua mãe. Com o objetivo de comprar enfeites para a ornamentação do local do evento, ela foi até a galeria de sua cidade com uma certa quantia em reais. Cláudia passou por quatro lojas e, em todas elas, gastou $\frac{1}{3}$ da quantia restante que possuía. Para finalizar o dia de compras, gastou R\$ 24,00 no estacionamento da galeria. Considerando que esses foram os únicos gastos de Cláudia nesse dia e que ainda restavam R\$ 232,00, qual a quantia que ela possuía ao entrar na galeria?

- A) R\$ 1.296,00.
- B) R\$ 1.458,00.
- C) R\$ 1.578,00.
- D) R\$ 1.995,00.

Questão 14

No clube campestre de uma grande cidade há várias quadras esportivas para a prática de diferentes esportes; dentre eles, o vôlei. A razão entre os cotistas que praticam vôlei em relação aos que não praticam é de 1:5. Considerando que o número de cotistas que não praticam vôlei supera o número de cotistas que praticam em 300, então o número total de cotistas deste clube é:

- A) 170.
- B) 280.
- C) 375.
- D) 450.

Questão 15

No plantão noturno de um posto de saúde atuam 12 profissionais: 5 enfermeiros; 3 médicos; 2 recepcionistas; e, 2 farmacêuticos. Sobre os profissionais que atuam neste plantão, é correto afirmar que se forem sorteados

- A) 5 profissionais, dois serão enfermeiros.
- B) 8 profissionais, pelo menos um será enfermeiro.
- C) 7 profissionais, pelo menos um será farmacêutico.
- D) 6 profissionais, três profissões distintas serão contempladas.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 16

No que concerne aos direitos e garantias fundamentais e à aplicabilidade das normas constitucionais, observada a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que o princípio da intranscendência da pena VEDA

- A) que seja aplicado sistema de exasperação em caso de concurso de crimes.
- B) que o tempo total de cumprimento das penas privativas de liberdade ultrapasse trinta anos.
- C) que o Superior Tribunal de Justiça conceda *exequatur* para cumprimento de carta rogatória expedida por autoridade judiciária estrangeira.
- D) que o sucessor do condenado pelo crime seja obrigado a reparar o dano causado pelo infrator em valor superior ao que este deixou de herança.

Questão 17

No que diz respeito às disposições constitucionais acerca da Administração Pública, respeitada a Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- B) Como condição para a aquisição da estabilidade do servidor, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- C) É garantida a incorporação de vantagens de caráter temporário ao exercício das funções de confiança que possuam atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- D) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável, após três anos de efetivo exercício, será reconduzido a cargo provisório, com direito à indenização proporcional ao tempo de serviço.

Questão 18

A improbidade administrativa é uma imoralidade qualificada pela desonestidade do agente público. Com fulcro na Lei nº 8.429/1992, modificada pela Lei nº 14.230/2021 e suas alterações – Lei da Improbidade Administrativa (LIA), é correto afirmar que:

- A) A rejeição por parte da autoridade pública impede que haja representação ao Ministério Público.
- B) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo, improrrogável, trezentos e sessenta e cinco dias corridos.
- C) Configura improbidade ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da Lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.
- D) A mera perda patrimonial decorrente de atividade econômica, por si só, não é capaz de caracterizar ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário, salvo se comprovado que o ato doloso foi praticado com essa finalidade.

Questão 19

Os contratos administrativos – acordos firmados entre a Administração Pública e particulares para a realização de obras, serviços, compras ou locações, são regidos pelo direito administrativo e possuem características específicas, como a supremacia do interesse público, a formalidade e a fiscalização por órgãos de controle. A partir de 1º de abril de 2021, os contratos firmados com a Administração Pública passaram a ser regidos pela Lei nº 14.133/2021, também conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. De acordo com as informações anteriores, contrato de Gestão é:

- A) O acordo firmado entre a Administração Pública, por intermédio de suas agências executivas, com certos entes privados, como organizações sociais. Tem por objetivo a fixação de metas de desempenho com o intuito de aprimorar a eficiência da atuação desses entes.
- B) Aquele em que o poder público transfere ao particular a competência para execução de determinado serviço de interesse público para a coletividade, ou mesmo concessão e uso de determinado bem ou de realização de obra pública. Trata-se de uma contratação complexa, com longa duração e investimentos vultuosos.
- C) A contratação de particular para a realização de atividade prestada em benefício da própria Administração. Essa modalidade contratual pode ter por objeto um serviço de natureza comum ou um serviço de natureza especial, marcado pela necessidade de habilitação adequada de caráter técnico ou intelectual para seu exercício.
- D) Toda atividade estabelecida, por força de Lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro, que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

Questão 20

De acordo com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o tratamento de dados pessoais poderá ser realizado para

- A) proteger o crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.
- B) todas as autoridades públicas, exclusivamente para fins de investigação e potencial punição.
- C) realizar estudos por órgão de pesquisa, pois é expressamente proibida a anonimização dos dados pessoais.
- D) manter os dados em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à alimentação de sistemas gerais de informática.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 21

Considerando os compromissos de conduta ética do agente público do Poder Executivo Municipal, de acordo com o Código de Ética do Município – Lei Municipal nº 4.667/2019, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ter conduta equilibrada e isenta, não participando de transações, atividades ou eventos que possam comprometer a sua conduta profissional.
- II. Atuar com imparcialidade no desempenho das atribuições funcionais, não permitindo que convicções de ordem político-partidária, religiosa ou ideológica afetem sua isenção.
- III. Utilizar, para o atendimento de interesses particulares, recursos, veículos, materiais de expediente, serviços ou pessoal disponibilizado pelo Poder Executivo Municipal, somente quando autorizado.
- IV. Manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 22

Determinado município regulamentou através de decreto lei municipal que previa a aplicação de multas para os proprietários de veículos automotores que emitem fumaça acima de padrões considerados aceitáveis. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- A) A lei é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar sobre o meio ambiente e o controle da poluição ambiental é exclusiva da União.
- B) A lei é inconstitucional, pois, como as normas estão relacionadas à fiscalização e controle da poluição atmosférica, cabe tão somente à União, em concorrência com os Estados, legislar sobre o assunto.
- C) A lei é constitucional, uma vez que o município é competente para legislar sobre assuntos de interesse local e sua atuação para suplementar as legislações estadual e federal sobre o tema não representa conflito de competência com demais esferas da federação.
- D) A lei é constitucional no que diz respeito à competência para legislar, uma vez que compete aos municípios preservar e conservar o meio ambiente; contudo, é inconstitucional em relação à previsão de aplicação de multas sobre assunto, que compete privativamente à União.

Questão 23

Arlequino é funcionário da prefeitura de Nova Friburgo e gozará, pela primeira vez, seu período de férias. Sobre as férias de Arlequino, de acordo com o Estatuto do Servidor – Lei Municipal nº 1.470/1979, assinale a afirmativa correta.

- A) Caso Arlequino seja promovido, transferido, readaptado ou removido em gozo de suas férias, será compelido a interrompê-las.
- B) Arlequino será obrigado a gozar seu período de férias, pois é proibida a acumulação, salvo imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de três períodos.
- C) Arlequino perderá o direito a férias caso, no período aquisitivo anterior, houver gozado mais sessenta dias de licença por motivo de doença em pessoa da família.
- D) Arlequino possui a faculdade de converter metade de seu período de férias ao abono pecuniário no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

Questão 24

Regina, funcionária de determinada prefeitura, foi demitida do serviço público municipal. Ocorre que restou apurado em processo que não subsistem os motivos que determinaram sua demissão, sendo, portanto, readmitida pelo órgão. Sobre a situação de Regina, à luz do Estatuto do Servidor – Lei Municipal nº 1.470/1979, assinale a afirmativa correta.

- A) Regina deverá ser ressarcida de vencimentos e vantagens que deixou de receber.
- B) A readmissão far-se-á, de preferência, no cargo anteriormente ocupado por Regina.
- C) A readmissão deverá efetivar-se em cargo de vencimento ou remuneração superior ao anteriormente ocupado por Regina.
- D) O tempo de serviço público de Regina, anteriormente a sua demissão, não será contado para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

Questão 25

Janilto, funcionário público de determinada prefeitura, foi acometido por doença psicológica; portanto, precisará se ausentar de suas atividades laborais por determinado período para realizar o tratamento. Sobre a licença para tratamento de saúde, de acordo com o disposto no Estatuto do Servidor – Lei Municipal nº 1.470/1979, assinale a afirmativa correta.

- A) A licença para tratamento de doenças psicológicas será concedida apenas *ex-officio*.
- B) Janilto não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a doze meses.
- C) Será parcial o vencimento ou remuneração de Janilto, contabilizado de acordo com o período de afastamento.
- D) Janilto não poderá recusar a inspeção médica, sob pena de suspensão de pagamento do vencimento ou remuneração, até que se realize a inspeção.

CONHECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA

Questão 26

A Lei nº 8.142/1990 trata do controle social sobre as políticas do Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre as Conferências de Saúde, podemos afirmar que reúnem-se

- A) anualmente, para avaliar a situação de saúde.
- B) a cada quatro anos, a fim de controlar a execução das políticas públicas de saúde.
- C) anualmente, a fim de propor diretrizes para a formulação das políticas públicas de saúde.
- D) a cada quatro anos, a fim de propor diretrizes para a formulação das políticas públicas de saúde.

Questão 27

Sobre a Lei nº 8.080/1990, analise afirmativas a seguir.

- I. Descreve os princípios doutrinários do SUS.
- II. Normatiza a instituição das instâncias colegiadas em cada esfera de governo.
- III. Dispõe sobre a saúde do trabalhador.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 28

A assistência à saúde não era um direito dos brasileiros na década de setenta. O cenário de grandes transformações no âmbito político e social, nesse período, também deu origem a movimentos de luta pela reformulação das políticas de saúde. São consideradas ações que ocorreram a partir de 1970 e que culminaram na criação do SUS, EXCETO:

- A) A Reforma Sanitária.
- B) As Ações Integradas de Saúde.
- C) A criação do Ministério da Saúde.
- D) A 8ª Conferência Nacional de Saúde.

Questão 29

Tendo em vista que a Resolução nº 453/2012 instituiu, reformulou e reestruturou o funcionamento dos Conselhos de Saúde, assinale a afirmativa correta.

- A) 30% dos membros devem ser usuários do SUS.
- B) Os membros são remunerados pelo serviço prestado.
- C) As reuniões deverão ser, no mínimo, mensais, ou em caráter extraordinário, quando necessário.
- D) A cada ano deverá constar na pauta de discussões o pronunciamento dos gestores para a prestação de contas do andamento do Plano de Saúde.

Questão 30

Sobre o Decreto Lei nº 7.508/2011, que dispõe sobre as regiões de saúde, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para ser instituída a região de saúde deve conter, no mínimo, atenção primária, urgência e emergência.
- II. As regiões de saúde são instituídas, exclusivamente, pelos municípios.
- III. Poderão ser instituídas regiões de saúde em áreas de fronteira com outros países.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 31

“A partir dos dados do _____, é possível calcular alguns _____ como, por exemplo, mortalidade infantil (número de óbitos em menores de _____); percentual (%) de baixo peso ao nascer; percentual (%) de partos cesarianos, dentre outros.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) SISNAV / dados / dois anos
- B) SINASC / dados / seis meses
- C) SINASC / indicadores / um ano
- D) SISNAV / indicadores / seis meses

Questão 32

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) tem por objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das três esferas de governo, por intermédio de uma rede informatizada para apoiar o processo de investigação e dar subsídios à análise das informações de vigilância epidemiológica das doenças de notificação compulsória. Qual dos agravos a seguir deve ser comunicado em até 24 horas?

- A) HIV/AIDS.
- B) Tuberculose.
- C) Violência sexual.
- D) Leishmaniose visceral.

Questão 33

A Lei nº 8.080/1990 descreve a competência de cada esfera de governo na organização do Sistema Único de Saúde (SUS). São consideradas competências da gestão municipal, EXCETO:

- A) Formar consórcios administrativos intermunicipais.
- B) Gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.
- C) Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.
- D) Coordenar e, em caráter complementar, executar ações de vigilância epidemiológica.

Questão 34

A Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde utiliza o modelo de *Dahlgren* e *Whitehead* para estudar os determinantes sociais da saúde. São considerados macrodeterminantes presentes no último nível do modelo de *Dahlgren* e *Whitehead*:

- A) Fatores hereditários e estilo de vida.
- B) Ambiente de trabalho e estilo de vida.
- C) Condições socioeconômicas e culturais.
- D) Idade, sexo e condições de vida e trabalho.

Questão 35

O decreto nº 7.508/2011 define as portas de entrada da rede de atenção à saúde como sendo os serviços estruturados de: a) atenção primária; b) atenção de urgência e emergência; c) atenção psicossocial; d) especiais de acesso aberto, impondo a referência para os serviços de maior complexidade tecnológica. Qual princípio organizativo do SUS dá embasamento à regulamentação supracitada, contida na normativa?

- A) Universalidade.
- B) Hierarquização.
- C) Descentralização.
- D) Longitudinalidade.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 36

Os direitos fundamentais são considerados direitos protetivos que garantem o mínimo necessário, ou seja, o mínimo existencial para que um indivíduo exista de forma digna dentro da sociedade administrada pelo Poder Estatal. À luz da Constituição Federal de 1988, sobre os direitos fundamentais dispostos no Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos, analise as afirmativas a seguir.

- I. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- II. A propriedade atenderá a sua função social.
- III. Nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva é vedada, de modo a garantir o princípio da indivisibilidade.
- IV. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 37

A Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, é um documento considerado como um marco na história dos direitos humanos. Sobre a DUDH, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.
- () Seu surgimento está diretamente relacionado aos acontecimentos da Revolução Industrial, momento em que os direitos sociais surgiram em razão do tratamento desumano vivido pela classe operária, no período de 1935 a 1940.
- () Todo ser humano vítima de perseguição tem o direito de procurar e gozar asilo em outros países; porém, esse direito só poderá ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes comuns.
- () O direito à educação será gratuito nos graus elementares e fundamentais. Quanto ao grau elementar, o documento prescreve, ainda, que este será obrigatório.
- () Todo ser humano tem direito de organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

A sequência está correta em

- A) F, F, F, V, F.
- B) F, V, V, F, F.
- C) V, F, F, V, V.
- D) V, V, V, V, V.

Questão 38

A violência doméstica é crime previsto na Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha; tal normativa prevê medidas de proteção à vítima, torna a penalização mais rígida e tipifica como crime cinco tipos de violência: a física; psicológica; sexual; patrimonial; e, moral.

(Instituto Maria da Penha - IMP.)

Em consonância com o disposto na Lei nº 11.340/2006, em seu Capítulo II – Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, assinale a afirmativa correta.

- A) O juiz determinará, por prazo indefinido, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais no âmbito estadual e municipal.
- B) A delegacia da mulher assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista e, quando necessário, o afastamento do local de trabalho, por até doze meses.
- C) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, no Sistema Único de Saúde – SUS, no Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, dentre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.
- D) A mulher tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição, mediante existência de vaga, não sendo exigida a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial; basta apresentar um relatório de acompanhamento da equipe multidisciplinar do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Questão 39

O caráter universal dos direitos humanos significa que valem igualmente para todas as crianças e todos os adolescentes. Eles, não obstante, têm alguns direitos humanos adicionais que respondem às suas necessidades específicas em termos de proteção e de desenvolvimento. As crianças têm todos os direitos humanos, não porque são “o futuro”, mas porque são seres humanos, hoje!

(Unicef Brasil.)

Considerando a Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF), os Estados-Partes

- A) devem adotar todas as medidas possíveis para impedir que menores de 17 anos participem diretamente de hostilidades.
- B) devem adotar medidas para combater a transferência ilegal de crianças para o exterior e a retenção ilícita delas fora de seu país; para tanto, deverão promover a conclusão de acordos unilaterais.
- C) devem reconhecer que todas as crianças têm o direito de usufruir do seguro social, com exceção da previdência social, devido à necessidade de contribuição; e, ainda, adotar medidas necessárias para garantir a plena realização desse direito.
- D) que reconhecem ou permitem o sistema de adoção devem garantir que o melhor interesse da criança seja a consideração primordial; dessa forma, deverão se atentar que a criança adotada em outro país goze de salvaguardas e normas equivalentes às existentes em seu país de origem com relação à adoção.

Questão 40

A Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, trata-se de uma normativa federal brasileira que estabelece a proteção social básica e especial para pessoas em situação de vulnerabilidade social. O Art. 3º dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social, que prestam

- A) encaminhamento; capacitação; e, controle social.
- B) planejamento; consultoria; e, movimentos sociais.
- C) atendimento; assessoramento; e, defesa e garantia de direitos.
- D) acolhimento terapêutico; monitoramento social; e, financiamento.

Questão 41

A Assistência Social é considerada um direito do cidadão e dever do Estado, instituídos pela Constituição Federal de 1988; realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, objetivando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. A Lei nº 8.742/1993 – LOAS, em seu Art. 6º §1º dispõe que as ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização,

- A) o território.
- B) o cadastro único.
- C) o indicador social.
- D) o planejamento tático.

Questão 42

Com o propósito de intervir positivamente na questão das pessoas em situação de rua e reverter seu quadro de vulnerabilidade, em 2009, o Executivo Federal editou o Decreto nº 7.053, instituindo a Política Nacional para a População em Situação de Rua. À luz do Decreto Federal nº 7.053/2009, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Princípios.
 2. Diretrizes.
 3. Objetivos.
- () Atendimento humanizado e universalizado.
 - () Implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e à capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional.
 - () Viabilização do acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais, bem como aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica.
 - () Respeito às condições sociais e diferenças de origem; raça; idade; nacionalidade; gênero; orientação sexual; e, religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.
 - () Implementação de centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
 - () Promoção dos direitos civis; políticos; econômicos; sociais; culturais; e, ambientais.

A sequência está correta em

- A) 1, 2, 3, 1, 3, 2.
- B) 3, 1, 3, 2, 2, 1.
- C) 1, 3, 2, 3, 1, 2.
- D) 2, 3, 2, 1, 1, 3.

Questão 43

O atendimento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. Segundo a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 109/2009, os usuários são famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de:

- I. Violência física, psicológica e negligência.
- II. Tráfico de pessoas.
- III. Abandono.
- IV. Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia.
- V. Situação de rua e mendicância.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, IV e V, apenas.

Questão 44

O auxílio-inclusão é um Benefício da Assistência Social que tem por objetivo estimular e apoiar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; está previsto no Art. 94 da Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência e na Lei nº 8.742/1993 – LOAS. Considerando a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em relação ao auxílio-inclusão, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Seu valor mensal é de meio salário-mínimo.
- () Não sofre desconto de qualquer contribuição.
- () O pagamento não será acumulado com o pagamento de Benefício de Prestação Continuada – BPC.
- () As despesas decorrentes correrão à conta do orçamento do Ministério do Trabalho e Emprego.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) V, V, V, F.
- C) F, F, F, F.
- D) F, F, V, V.

Questão 45

Tendo em vista que o Programa de Famílias Acolhedoras caracteriza-se como um serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família de origem por medida protetiva, na residência de famílias acolhedoras, assinale a afirmativa correta.

- A) Tem por objetivo encontrar a família apropriada para a criança ou adolescente que se encontra inserida no processo de adoção.
- B) Deve ter como propósito o cuidado coletivo da criança ou adolescente, proporcionado pelo atendimento em ambiente familiar.
- C) Prevê metodologia de funcionamento que contempla o acompanhamento psicossocial das famílias acolhedoras, objetivando concluir o processo de destituição do poder familiar.
- D) É uma modalidade de acolhimento diferenciada, que não se enquadra no conceito de abrigo em entidade, nem no conceito de colocação em família substituta, em sentido estrito.

Questão 46

A Lei nº 10.741/2003 – conhecida como Estatuto da Pessoa Idosa, foi criada com o objetivo de regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos e preconiza que o envelhecimento é um direito personalíssimo, sendo sua proteção um direito social. Em seu Art. 35, a normativa afirma que todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada; no caso de entidade filantrópica, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação da pessoa idosa no custeio da entidade. O Conselho Municipal da Pessoa Idosa ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá tal forma de participação, que NÃO poderá exceder a:

- A) 40% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pela pessoa idosa.
- B) 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pela pessoa idosa.
- C) 50% de qualquer benefício previdenciário e 30% para benefício de assistência social percebido pela pessoa idosa.
- D) 30% para benefício previdenciário, com exceção do auxílio-doença, e 20% para benefício de assistência social percebido pela pessoa idosa.

Questão 47

Considerando o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil (2000), o quadro operativo do Plano Nacional estrutura-se em torno de seis eixos estratégicos, sendo definidos em cada um deles os objetivos e as metas a serem alcançados; as ações a serem executadas; os prazos; e, as parcerias. Dentre os eixos previstos no ano 2000, NÃO se refere a um eixo estratégico deste Plano:

- A) Prevenção.
- B) Análise da situação.
- C) Defesa e responsabilização.
- D) Matricialidade sociofamiliar.

Questão 48

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC, é resultado de um processo participativo de elaboração conjunta, envolvendo representantes de todos os poderes e esferas de governo, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais. Sobre o PNCFC, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É considerado um marco nas políticas públicas no Brasil, pois rompe com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes.
- B) Reconhece a família como um elemento central para o desenvolvimento da criança e do adolescente, propondo políticas que visam fortalecer os vínculos familiares e comunitários.
- C) Suas estratégias, objetivos e diretrizes estão fundamentados, primordialmente, na prevenção ao rompimento dos vínculos familiares; na qualificação do atendimento dos serviços de acolhimento; e, no investimento para o retorno ao convívio com a família de origem.
- D) Grandes mudanças ocorreram na estrutura familiar contemporânea, com arranjos familiares diversos, principalmente o aumento de famílias anaparentais, tendo a mulher como pessoa de referência. Sendo assim, deve-se atribuir a pobreza ou a violação de direitos das crianças e adolescentes a essas mudanças ocorridas.

Questão 49

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE constitui-se de uma política pública destinada à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens responsabilizados pela prática de ato infracional.

(Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/atendimento-socioeducativo>.)

Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que têm por objetivos a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de

- A) mandado de inspeção familiar.
- B) estágio institucional obrigatório.
- C) projeto de reestruturação familiar.
- D) seu plano individual de atendimento.

Questão 50

Para dar efetividade aos programas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, compete à União elaborar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo – PNAS, em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Este Plano será submetido à deliberação do:

- A) Conselho Tutelar.
- B) Juiz da vara da Infância e Adolescência.
- C) Conselho Nacional do Ministério Público.
- D) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.





INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta nenhuma responsabilidade ao Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo, durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todo os cargos de Nível Superior; Médio; e, Médio Técnico e 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de nível fundamental incompleto, fundamental completo, médio e médio técnico; 4 (quatro) horas para os cargos de nível médio normal e superior. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão Respostas (Gabarito) devidamente assinado, apenas, no local indicado, sem qualquer outro termo que identifique o candidato.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato somente poderá retirar-se do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação e pelo Coordenador da Unidade de Provas.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.